



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
QUARTA CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Remessa Oficial e Apelação Cível nº 0000496-11.2018.815.0000

Origem : 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

Relator : Juiz de Direito Convocado Gustavo Leite Urquiza

Apelante : Estado da Paraíba

Procurador : Pablo Dayan Targino Braga

Apeladas : Joana Darc de Araújo Pereira e outras

Advogado : Márcio Henrique Carvalho Garcia - OAB/PB nº 10.200

Remetente : Juiz de Direito

REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO PROMOVIDO. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DESCABIMENTO. ENTE ESTATAL RESPONSÁVEL PELA CELEBRAÇÃO DO AJUSTE AO ARREPIO DA LEI. PREJUDICIAL. PRESCRIÇÃO ANUAL. INOCORRÊNCIA. PRAZO QUINQUENAL. INTELIGÊNCIA DO DECRETO Nº 20.910/32.

- Não merece acolhimento a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Estado da Paraíba, haja vista ter sido o ente responsável pela celebração do contrato administrativo ao arrepio da

Lei Estadual nº 5.907/94, que dispõe sobre a contratação de seguro de vida em grupo para os servidores públicos.

- As dívidas existentes contra a Fazenda Pública, seja qual for a sua natureza, prescrevem em 05 (cinco) anos, consoante dispõe o art. 1º, do Decreto nº 20.910/32.

MÉRITO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. MORTE DO SEGURADO. INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SINISTRO. VALOR INFERIOR AO ESTIPULADO NO ART. 4º, DA LEI ESTADUAL Nº 5.970/94. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DANO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO VALOR. INDENIZAÇÃO DEVIDA. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OBSERVÂNCIA DOS DITAMES DO ART. 20, §4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE ATENDIDOS. CONSEQUÊNCIAS LEGAIS FIXADOS NOS MOLDES DA LEI 9.494/97, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO E DA REMESSA OFICIAL.

- Nos termos do art. 4º, II, da Lei Estadual nº 5.970/94, que dispõe sobre a contratação de seguro de vida em grupo para os servidores públicos, “no caso de morte ou invalidez, permanente ou total, a importância assegurada será 20 (vinte) vezes a

retribuição do segurado correspondente ao mês em que ocorrer o evento, nela compreendida todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente”.

- Não tendo sido observado, quando da celebração do contrato de seguro de vida em grupo, as exigências estabelecidas na Lei Estadual nº 5.970/94, em observância ao princípio da legalidade, a adequação do valor da indenização do seguro é medida que se impõe.

- Tendo o Estado da Paraíba, materializado na celebração de contrato administrativo ao arrepio da Lei Estadual nº 5.970/94, ocasionando dano patrimonial às autoras, as mesmas fazem jus ao recebimento dos valores recebidos a menor, a saber, diferença entre a importância paga pela seguradora e o valor equivalente a 20 (vinte) vezes o valor da retribuição do segurado no mês do seu falecimento, conforme expressamente previsto no art. 4º, da Lei Estadual nº 5.970/94.

- Nos termos do art. 20, §4º, do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da prolação da sentença, nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, observados o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, bem como o tempo exigido para seu serviço.

- Correção monetária e juros de mora fixados em consonância com a Lei nº 9.494/97, com redação dada

pela Lei nº 11.960/2009.

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar e a prejudicial e, no mérito, desprover o apelo e a remessa oficial.

Trata-se de **APELAÇÃO**, fls. 75/84, interposta pelo **Estado da Paraíba** contra sentença de fls. 70/71 e 71/V, proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital nos autos da **Ação de Indenização** ajuizada por **Joana Darc de Araújo Pereira e outras**, de seguinte teor no excerto dispositivo:

Isto posto e considerando tudo mais que dos autos consta, com base nos mandamentos explicitados nesta e no art. 269, I, do CPC, ACOLHO O PEDIDO AUTORAL feito nos presentes autos de nº 200.2012.100.221-2 para determinar ao Estado da Paraíba que pague à Joana Darc de Araújo Pereira, Iolanda Francisca de Araújo Pereira e Irlândia de Araújo Pereira, considerando serem estas as únicas herdeiras do Sr. Iran Pereira da Silva, a diferença entre o valor pago e o valor correspondente à 20 (vinte) vezes a retribuição do segurado correspondente ao mês em que ocorreu o óbito do mesmo, devidamente atualizado pelo INPC e juros de mora de 0,5% (meio por cento) até a data de 30 de junho de 2009, e a partir desta, com atualização monetária e compensação de mora pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do regramento instituído pelo art. 5º da Lei Federal nº 11.960/2009, contados do fato danoso, nos termos da súmula 54

do STJ.

Por fim, condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios que, com arrimo no §4º do art. 20 do CPC, fixo no percentual de 10% (dez por cento) do valor apurado na execução do julgado.

Em suas razões, o **recorrente** alega, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva *ad causam*, nos termos do §1º, do art. 801, do Código Civil, e como prejudicial, a prescrição extintiva da pretensão inicial, seja anual, seja quinquenal. No mérito, defende a ausência de responsabilidade sua no que diz respeito à indenização imposta, tendo em vista ter atuado no contrato apenas como estipulante, não se obrigando, nos termos do art. 801, do Código Civil, perante o segurado.

Contrarrazões, fls. 88/92, rechaçando as preambulares levantadas e pleiteando o desprovemento da apelação, ao fundamento de contrariar inúmeros julgados deste Tribunal de Justiça.

Houve **remessa oficial**.

Feito não remetido ao **Ministério Público**, tendo-se em vista a não subsunção do caso em quaisquer das hipóteses, nas quais esse Órgão, por seus representantes, deva intervir como fiscal da ordem jurídica; consubstanciado, ainda, no art. 169, §1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

É o RELATÓRIO.

VOTO

Joana Darc de Araújo Pereira, Iolanda Francisca de Araújo Pereira e Irlândia de Araújo Pereira, na condição de herdeiras de Iran Pereira da Silva, ajuizaram **Ação de Indenização** em face do **Estado da Paraíba**, afirmando ter o ente estatal, no ano de 2005, celebrado com a **MAPFRE Vera Cruz**

Vida e Previdência S/A contrato administrativo de seguro de vida em grupo em favor dos servidores públicos estaduais, com previsão, na cláusula sétima da avença, de indenização aos beneficiários, em hipótese de falecimento do servidor segurado, da importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que, segundo as autoras, viola as disposições da Lei Estadual nº 5.790/94, haja vista não ter sido observado o valor do seguro estipulado no comando legal autorizador da contratação.

Requereram, diante desse panorama, indenização a título de danos materiais no valor de R\$ 27.538,60 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta centavos).

O Juiz de Direito *a quo* julgou procedente a pretensão exordial, nos termos da sentença de fls. 70/71 e 71/V, o que ensejou a interposição de apelo pelo Estado da Paraíba.

Considerando que as questões abordadas na sentença e na apelação se entrelaçam, analisarei conjuntamente os recursos voluntário e oficial.

Começo o enfrentamento da controvérsia analisando **preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Estado da Paraíba**, destacando, sem maiores delongas, não merecer guarida tal assertiva, haja vista ter sido o apelante o ente público responsável pela celebração do contrato administrativo ao amparo da Lei Estadual nº 5.907/94, que dispõe sobre a contratação de seguro de vida em grupo para os servidores públicos.

O seguro de vida em grupo: "é o negócio que se estabelece entre um estipulante e a seguradora através do qual aquele se obriga ao pagamento de um prêmio global e aquela se obriga a indenizar pessoas pertencentes a um grupo determinado, denominado grupo segurável, pessoas essas ligadas por um interesse comum e cuja relação, variável de momento a momento, é confiada a seguradora." (RODRIGUES, Sílvia. **Direito Civil**, v. 3, São Paulo, Saraiva, 1999, p. 359).

O art. 801, §1º, do Código Civil, por seu turno, induz

que o estipulante não representa a seguradora perante os segurados:

Art. 801. O seguro de pessoas pode ser estipulado por pessoa natural ou jurídica em proveito de grupo que a ela, de qualquer modo, se vincule.

§1º O estipulante não representa o segurador perante o grupo segurado, e é o único responsável, para com o segurador, pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Acontece que, na espécie, o apelante não se apresentou na condição de mero estipulante. Absolutamente. Prova disso é o disposto no art. 3º, da Lei Estadual nº 5.907/94, a seguir reproduzido, quando assumiu o encargo de pagar sozinho o prêmio. É dizer, legalmente se obrigou a quitar o prêmio.

Nesse trilhar, nos termos do art. 3º, da citada legislação, é do apelante a responsabilidade de pagar o prêmio do seguro, senão vejamos:

Art. 3º. O prêmio do seguro será pago integralmente pelo Estado, na condição de estipulante, não podendo exceder a um por cento (1%) da retribuição mensal do segurado, conforme constar da folha de pagamento de pessoal do Estado, observado o disposto no inciso II do art. 4º.

Assim, **afasto a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*.**

Concernente à **prejudicial de prescrição**, sob a alegação de incidência do prazo prescricional previsto no art. 206, §1º, do Código Civil, também não merece guarida, uma vez que é aplicado, ao caso telado, o prazo

prescricional de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 20.910/32¹, a contar do falecimento do segurado, fato este que, conforme atesta a certidão de óbito, fl. 14, ocorreu no dia 19 de junho de 2010.

Logo, tendo o ajuizamento da ação ocorrido no dia 03 de agosto de 2012, fl. 02, **rejeito a prejudicial de prescrição.**

Nesse sentido, o seguinte precedente desta Corte de Justiça:

AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO DE VIDA COLETIVO FIRMADO PELO PODER PÚBLICO. FALECIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PAGAMENTO A MENOR. DIREITO À DIFERENÇA ENTRE O VALOR PAGO PELA SEGURADORA E AQUELE PREVISTO NA LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. **PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. CONTRATO FIRMADO PELO PRÓPRIO ENTE FEDERADO. LEGITIMIDADE CONFIGURADA. REJEIÇÃO. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO ANUAL. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.º, DO DECRETO N.º 20.910/32. PRECEDENTE DO STJ. REJEIÇÃO. MÉRITO. VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA FIRMADO CONTRATUALMENTE EM MONTANTE INFERIOR AO DETERMINADO PELA LEI ESTADUAL N.º 5.970/94. VIOLAÇÃO À DISPOSIÇÃO LEGAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PAGAMENTO DA DIFERENÇA**

¹ Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.

DEVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO APELO E DO REEXAME NECESSÁRIO. 1. Nas ações de complementação de indenização securitária devida ao servidor segurado ou a seus herdeiros, o Estado da Paraíba tem legitimidade para figurar como réu posto que, por força da Lei Estadual n.º 5.970/1994, se comprometeu a assegurar um valor mínimo não observado, em tese, pela empresa seguradora contratada. 2. “A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que “a prescrição contra a Fazenda Pública é quinquenal, mesmo em ações indenizatórias, uma vez que é regida pelo Decreto n. 20.910/32, norma especial que prevalece sobre lei geral. Orientação reafirmada em recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC” (STJ, REsp 1251993/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 19.12.2012). 3. Nos termos do art. 4º, II, da Lei estadual nº 5.970/94, que dispõe sobre a contratação de seguro de vida em grupo para os servidores públicos, no caso de morte ou invalidez, permanente ou total, a importância assegurada será 20 (vinte) vezes a retribuição do segurado correspondente ao mês em que ocorrer o evento, nela compreendida todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente. 4. “Não tendo sido observado, quando da celebração do contrato de seguro de vida em grupo, as exigências estabelecidas na Lei nº 5.970/94, em observância ao princípio da legalidade, a adequação do valor da indenização do seguro é medida que se impõe. Tendo o estado da Paraíba, materializado na celebração de contrato administrativo, ao arrepio da Lei estadual nº 5.970/94, ocasionando dano patrimonial aos autores,

os mesmos fazem jus ao recebimento dos valores recebidos a menor, a saber, diferença entre a importância paga pela seguradora e o valor equivalente a 20 (vinte) vezes o valor da retribuição do segurado no mês do seu falecimento, conforme expressamento previsto no art. 4º, da Lei estadual nº 5.970/94” (TJPB; Ap-RN 0068245-66.2012.815.2001; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho; DJPB 04/07/2016; Pág. 12). (TJPB; RO AC nº 0064822-98.2012.815.2001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, julgamento em 14/03/2017) – destaquei.

Em complemento à tese de inoccorrência da prescrição anual alegada, ressalto que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de “ser aplicado o prazo prescricional quinquenal previsto no Decreto 20.910/32 nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.” (STJ: PET no AREsp 295.729/GO, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 20/05/2014, DJe 27/05/2014).

No **mérito**, o desate da contenda reside em saber se o Magistrado *a quo* agiu com acerto ao reconhecer que as autoras fazem jus ao recebimento do valor referente à diferença entre a importância paga pela seguradora **MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S/A**, no caso, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e o valor equivalente a 20 (vinte) vezes o valor da retribuição do segurado no mês do seu falecimento, conforme expressamento previsto no art. 4º, da Lei Estadual nº 5.970/94.

Registra-se, de logo, que **Iran Pereira da Silva**, falecido no dia 19 de junho de 2010, fl. 14, era Policial Militar do Estado da Paraíba, fls. 12/13.

Ressalta-se, outrossim, que as autoras ostentam a condição de herdeiras do segurado, conforme atestam os documentos de fls. 11, 17 e 21.

Pois bem. De uma análise processual, percebe-se que o **Estado da Paraíba** firmou contrato administrativo de seguro de vida com a **MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S/A**, em favor dos servidores ativos efetivos da Administração Direta, consoante se observa às fls. 22/26.

Referido ajuste traz, na cláusula sétima, a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

a) Garantir o pagamento de uma indenização ao segurado no Valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) aos seus beneficiários, caso o servidor venha a sofrer qualquer tipo de morte, sempre em rigorosa observância aos termos da Licitação e da proposta a que vinculam, bem como as Cláusulas Contratuais e a Proposta de Seguro de Acidentes Pessoais Coletivos (modelo padrão da Contratada) em anexo. (...).

De outra sorte, a Lei Estadual nº 5.970/94, que autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida em grupo para os servidores públicos, prevê, no seu art. 4º, II, que os contratos de seguros deverão ter cláusulas assegurando que **“no caso de morte ou invalidez, permanente ou total, a importância assegurada será 20 (vinte) vezes a retribuição do segurado correspondente ao mês em que ocorrer o evento, nela compreendida todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente.”**

Ora, sabe-se que a Administração Pública é regida,

entre outros, pelo princípio da legalidade, o qual se encontra gravado no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, significa dizer, sempre deve atuar dentro dos limites estipulados pela legislação.

Contudo, na hipótese dos autos, o **Estado da Paraíba**, quando da celebração do **Contrato nº 035/2005** com a seguradora **MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S/A**, fls. 22/26, não observou as regras expressamente previstas no comando normativo que regulamenta o assunto, qual seja, Lei Estadual nº 5.970/94, haja vista ter sido pactuado para o seguro valor inferior ao legalmente previsto, sendo, portanto, responsável pela complementação da diferença entre o valor do seguro previsto no contrato e o assegurado pela legislação estadual.

Sob esse prisma, cabe evidenciar que a responsabilidade da Administração Pública é objetiva, respondendo civilmente o ente público pelos atos de seus agentes, independentemente da existência de culpa. É essa a regra que se extrai do art. 37, §6º, da Constituição Federal, senão vejamos:

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo ou culpa.

No que tange a prática de ato ilícito, o art. 186, do Código Civil, enuncia que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Já art. 927, do mesmo código, no que se refere ao dever de reparação, estabelece: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

Nessa ordem de lições, cito recente precedente desta Corte de Justiça:

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO. AÇÃO DE

INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. FALECIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO ÂNUA. REJEIÇÃO. MÉRITO. CONTRATO ADMINISTRATIVO EM CONFRONTO COM A LEI ESTADUAL N. 5.970/1994. INDENIZAÇÃO POR SINISTRO EM VALOR BASTANTE INFERIOR À REGRA DE 20 VEZES A RETRIBUIÇÃO DO SEGURADO NO MÊS DO EVENTO. NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. MANUTENÇÃO DO DECISUM NESTE PONTO. REFORMA APENAS PARA ADEQUAR OS JUROS DE MORA E A CORREÇÃO MONETÁRIA. ARTIGO 1º-F, DA LEI N. 9.494/97. PROVIMENTO PARCIAL DA REMESSA E DO APELATÓRIO. - Tendo em vista a natureza administrativa do contrato de seguro de vida coletivo firmado perante o Estado da Paraíba, é assente a responsabilidade desse ente público quanto ao cumprimento da avença, especialmente quando o que se discute na presente causa são as supostas ofensas à legislação estadual decorrentes da pactuação do contrato administrativo referenciado. - As prescrições administrativas em geral, quer das ações judiciais tipicamente administrativas, quer do processo administrativo, obedecem à quinquenalidade, não havendo que se falar na prescrição bienal dos créditos resultantes da relação de trabalho, conforme Decreto Lei n. 20.910/1932 e Jurisprudência superior. - Consoante teor do artigo 4º, inciso II, da Lei n. 5.970/94, atinente ao contrato de seguro de vida dos servidores públicos, “no caso de morte ou invalidez permanente total, a importância segurada será 20 (vinte) vezes a retribuição do

segurado correspondente ao mês em que ocorrer o evento, nela compreendida todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente”. (...). (TJPB; RO AC nº 0000494-41.2018.815.0000, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator Desembargador João Alves da Silva, julgamento em 24/04/2018).

Diante do panorama apresentado, entendo que a conduta do Estado da Paraíba, materializada na celebração de contrato administrativo ao arrepio da Lei Estadual nº 5.970/94, significar dizer, desconsiderando o princípio da legalidade, ocasionou dano patrimonial às autoras, pelo que fazem jus ao recebimento dos valores recebidos a menor, a saber, diferença entre o valor equivalente a 20 (vinte) vezes o valor da retribuição do segurado no mês do seu falecimento e a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) paga pela seguradora, conforme estabelecido na sentença.

No que tange aos honorários advocatícios, o valor fixado a esse título encontra-se em conformidade com os critérios contidos no §4º, do art. 20, do Código de Processo Civil de 1973, em vigor na época da prolação da sentença, motivo pelo qual, considerando as peculiaridades do caso concreto e atento aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, merece ser mantida a decisão que condenou o ente estatal ao pagamento dos honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, importância que considero adequada, suficiente e justa para remunerar condignamente o trabalho do ilustre causídico.

De outra banda, em se tratando de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, os juros de mora e a correção monetária deverão ser calculados conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, na forma estabelecida em primeiro grau.

Ante o exposto, **REJEITO A PRELIMINAR E A PREJUDICIAL E, NO MÉRITO, NEGÓ PROVIMENTO À APELAÇÃO E À**

REMESSA OFICIAL.

É o VOTO.

Presidiu o julgamento, o Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. Participaram, ainda, os Desembargadores Gustavo Leite Urquiza (Juiz de Direito convocado para substituir o Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho) (Relator) e João Alves da Silva.

Presente a Dra. Marilene de Lima Campos de Carvalho, Procuradora de Justiça, representando o Ministério Público.

Sala das Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 03 de julho de 2018 - data do julgamento.

Gustavo Leite Urquiza

Juiz de Direito Convocado

Relator

